



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 29 DE ABRIL DE 1996

*Senhor Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel; Senhores Ministros; Senhor Ministro Paulo Paiva, do Trabalho; José Serra, do Planejamento; demais Ministros aqui presentes; Senhor Presidente do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros; Senhores Senadores; Deputados, que aqui se encontram; Senhor Presidente do Superior Tribunal do Trabalho, que aqui se encontra; Senhores Membros do Conselho Nacional do Trabalho, recém-empossados; Senhores Dirigentes Sindicais dos trabalhadores, dos empresários; Senhores Governadores; Senhora Governadora; Senhores Secretários de Estado, aqui presentes; Senhoras e Senhores;*

Tenho a sensação de que, neste momento, o País começa a perceber que temos um plano de estabilização que não apenas deu certo, mas que, para continuar dando certo, vai exigir uma ação muito enérgica do Governo, para evitar que pressões inflacionárias se desencadeiem; e que, sobretudo, mais importante do que dizer que o País tem um plano de estabilização apoiado é que o País tem rumo.

O Ministro José Serra usou o Groucho Marx para dizer, ao oposto, o que significa isso. Nós divisamos o futuro; não estamos choran-

do o leite derramado, o passado, e não estamos nos deixando enredar por questiúnculas do presente. Estamos tentando resolver as questões do presente, olhando para o futuro.

E o País percebe que esse rumo implica não se fazer uma separação, que só existe na mente dos pouco esclarecidos, entre o econômico, o social e o político. Ou nós entendemos que os fatos são integrados – que, ao mesmo tempo em que se zela pela economia, em que se zela para que a inflação esteja sob controle, em que se zela para que haja investimento, se está, também, criando uma condição mais favorável ao bem-estar da população – ou não se entende nada.

Infelizmente, ainda há muitos que fazem uma separação, que já os clássicos criticavam, de que é preciso olhar só a distribuição ou só a produção. No mundo moderno não é assim. O ato de investir é, também, um ato de distribuir, e, dependendo do modo como seja feito o investimento, haverá concentração de renda ou não. Fora disso, é ilusão, é reclamar sobre o que já não tem mais como recorrer para que seja melhorado, a não ser que se faça outro investimento.

É por isso que, hoje, o BNDES tem o protocolo do trabalho, que, ao olhar o investimento, olha o emprego e não espera, simplesmente, que, como consequência, melhore o emprego, porque pode melhorar e pode não melhorar, dependendo de como se faça o investimento. Também é óbvio que nem produção e nem distribuição serão feitas se não houver uma condução política e se não houver uma situação em que, com o apoio do Congresso Nacional, com o apoio das forças representativas da sociedade – Governo e Oposição –, se crie um clima que assegure a consecução do futuro.

Ou nós entendemos essas coisas, que são triviais, ou vamos sempre olhar para um lado e criticar o outro, sem ter a capacidade de entender a inter-relação, que é o que conta.

Aqui, hoje, o Ministro José Serra, ao descrever vários programas, mostrou que nós temos um projeto, que é social e é econômico ao mesmo tempo, porque, ao descrever os programas apoiados pelo Condefat, sobretudo o Proemprego, ele mostrou investimentos na área da infra-estrutura. O Ministro Paulo Paiva acrescentou – e o

Ministro José Serra me cochichou que era assim mesmo, antes mesmo de o Ministro Paulo Paiva falar – que há a questão do turismo, que é muito importante e está apoiada nesse projeto também: infraestrutura e turismo.

Depois, o Ministro Serra mostrou que os grandes investimentos na área do setor automotriz são geradores de emprego. Eu poderia falar, como falarei amanhã à tarde, sobre os novos pólos petroquímicos, que são geradores de emprego. Poderemos falar sobre o que está acontecendo em vários setores específicos, como no setor de celulose ou como no de vidros planos. Enfim, são muitos os setores nos quais nós estamos investindo – esse “nós” não é o Governo, é a sociedade. Mas o Governo tem que estar presente a esse processo, apontando a direção do futuro, porque é esse conjunto de investimentos que permite que haja a continuidade na oferta de emprego, na distribuição de renda e na sustentação de um nível de salário que seja adequado.

Sem isso, seremos enganadores. É muito fácil propor a distribuição do que não existe. Mas é muito mais difícil entender que a distribuição efetiva se faz quando se tem uma política inteligente, conseqüente e social de investimento.

Os programas aqui colocados, apresentados ao País hoje, que resumem uma parte do esforço do Governo na área chamada social – mas, repito, é uma coisa só –, são o exemplo de como estamos cuidando desses aspectos, na sua inter-relação.

Mas há mais ainda a dizer – e já foi mencionado aqui. É que nada disso será feito por obra de governo algum. Ou é um programa da sociedade, ou não tem como frutificar; ou é um programa de Governo Estadual, de Governo Municipal ou de Governo Federal, ou não tem como ter eficiência.

E aqui, já na área mais específica do treinamento, o que foi feito – todos os Estados assinaram convênios, e o Ministro Paulo Paiva mostrou que esses convênios serão duradouros e que haverá recursos para eles – é o esforço, em cooperação, dos vários níveis da Administração e que terá a vigilância dos trabalhadores. A Condefat está aí. Também pusemos trabalhadores do BNDES, e os recursos agora des-

tinados foram aprovados pelo órgão que vigia esses recursos, órgão que apresenta o trabalhador e que é permanente. Da mesma maneira se dirá no que respeita à ação empresarial, sem a qual não haverá essa multiplicação de possibilidades de crescimento da economia.

Ainda este mês, o *Economist* publicou uma análise sobre os resultados do programa de treinamento. A questão do emprego e desemprego não é uma questão brasileira, até pelo contrário: aqui ela ainda começa – em comparação – com muito menos força do que noutros países. Mas estamos nos antecipando. Estamos nos antecipando porque as grandes transformações por que a economia mundial está passando – e a nossa também – vão levar a certos problemas na área das relações de trabalho e na área do emprego.

Nessa análise do *Economist*, vê-se com clareza que o melhor treinamento é o que se faz dentro da própria empresa. Lá se vê com clareza que, para reduzir o desemprego, o mais eficaz é baixar o custo – não o salário, mas o custo da mão-de-obra. E lá se vê também que o mais eficaz é ter um programa, aqui mencionado pelo Ministro José Serra, de educação de base, que nós já temos – e o Congresso, em breves dias, vai votar uma lei que permitirá uma transformação muito profunda na questão da educação primária no Brasil.

Portanto, outra vez, é uma confluência de fatores que estão atuando. E não somos só nós. Os países mais atingidos pela onda de reestruturação tecnológica também estão se antecipando ou tentando se antecipar – alguns chegaram tarde – às conseqüências dessa transformação que está ocorrendo.

E, certamente, vamos ter de olhar com muita atenção aquilo que se chama custo Brasil. Esses são programas que estão dentro do âmbito da redução do custo Brasil. Ao aumentar a produtividade, ao aumentar a capacidade que o País possa vir a ter de transportar mais depressa os seus produtos, ao melhorar a eficiência dos portos, ao reduzir impostos, ao reduzir o custo da mão-de-obra, ao buscar fórmulas criativas que encontrem apoio do meio sindical, para que possamos modificar certos aspectos da nossa legislação trabalhista – que, neste momento, se volta, talvez não contra aqueles que estão

empregados, mas contra aqueles que não estão empregados, e que talvez não possam se empregar, se não fizermos as modificações que terão de ser feitas, com uma discussão democrática (se não fizermos tudo isso, não vamos conseguir) – nós iremos ultrapassar as dificuldades do momento.

Quero concluir Senhores Governadores, Senhora Governadora, Senhores Secretários de Estado, Senhores Ministros, Senhores Dirigentes Empresariais, Senhores Membros dos Tribunais que aqui estão, Senhoras e Senhores, com a mesma convicção e otimismo com que tenho pautado as minhas ações aqui na Presidência da República.

Poucos países têm a chance que o Brasil tem. Pouquíssimos. Nós, hoje, estamos nos inserindo na economia internacional segundo aquilo que achamos que deva ser o nosso processo de inserção. Estamos aqui falando com clareza sobre as dificuldades, enfrentando-as sem nenhum temor de dizer que existem, em quaisquer setores, seja o setor financeiro, seja o setor da burocracia – que, muitas vezes, amarra e dificulta que todos esses programas atinjam um alvo, porque dificulta, freqüentemente, essas transformações; mas estamos enfrentando essas dificuldades com rumo, como o que eu disse aqui no início. Isso é fundamental. É fundamental que o Brasil perceba que as mudanças já estão ocorrendo.

Como disse que concluiria, vou concluir repetindo hoje o que disse a respeito da área da saúde pública, faz dois ou três dias, citando um amigo muito querido de alguns de nós aqui, que é Albert Hirschman. Nos anos 60 e 70, ele vinha freqüentemente à América Latina, e todo mundo na América Latina só falava dos obstáculos ao desenvolvimento; até que ele escreveu um trabalho no qual disse que é preciso ver os obstáculos a ver o desenvolvimento, a perceber o desenvolvimento.

Estamos num momento semelhante, em que há obstáculos mentais, em que há percepções atrasadas, clichês que se cristalizaram em certa época; em que não vêem que o Brasil já está mudando.

Fui, com o Governador do Rio Grande do Norte, que aqui está, a uma pequena cidade, Touros, no Rio Grande do Norte, para ver o que acontecia com um projeto, e vimos juntos que, com um pouquinho de recurso, os pescadores estavam fazendo seus barcos. Havia uma câmara frigorífica e uma caminhonete para transportar o peixe para a cidade. E a renda multiplicou rapidissimamente. Programa financiado pelo Banco do Nordeste, como é também pelo Banco do Brasil.

Já está ocorrendo. Não se trata simplesmente de imaginar uma propaganda, um programa que não vai acontecer: já está acontecendo. E é preciso ir ver, ali, no terreno, o que está acontecendo. Não é possível mais simplesmente deduzir, a partir de Brasília, de São Paulo, de onde mais seja, o que está acontecendo no Brasil. Tem-se que ir ver o que está acontecendo no Brasil.

E, se forem ver no terreno – se não ficarmos presos aos clichês, se tivermos a coragem intelectual, a força moral para rever até posições e olharmos por que se estão tomando medidas que estamos tomando –, vão verificar que Albert Hirschman pode ser aplicado, hoje, com muita propriedade. Temos que tirar a viseira dos nossos olhos e ver que já as mudanças estão em marcha e que cabe a nós, dirigentes políticos, anteciparmo-nos a elas, cabe a nós buscar a solidariedade entre nós próprios e, sobretudo, a da Nação para com os objetivos do País, para que possamos, mais depressa, entrar num novo ciclo, que será de prosperidade e que será, sim, como disse o Ministro José Serra, de distribuição de renda – pelos últimos dados publicados, pela primeira vez, em décadas, os setores mais pobres da população, proporcionalmente, ganharam mais do que os setores mais ricos da população. Mudança significativa, num país que está acostumado a aumentar a desigualdade. Mas é preciso ver, não para bater palmas, mas para ajudar a caminhar nesta direção, que é a direção da coragem.

E são esses atos que, com a presença de todos esses setores aqui, creio, nós queremos simbolizar, justamente, sem demagogia, num momento em que estamos nos aproximando do dia 1º de maio. O

que resta não é fazer discursos de homenagem ao trabalhador em geral, não é fazer protestos por aqui – podem até fazer, é correto –, mas é muito mais do que isso: é olhar o futuro, e olhar duro, para que amanhã, realmente, a situação mude, e mude em benefício do trabalhador.

Muito obrigado a todos.